



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 66928 - PR (2021/0219980-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : GERALDO MILKIEWICZ
ADVOGADOS : BERNARDO STROBEL GUIMARÃES - PR032838
JORDÃO VIOLIN - PR057615
CAIO AUGUSTO NAZARIO DE SOUZA - PR089959
RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : HELOISA BOT BORGES - PR026279

DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança, interposto com fulcro no art. 105, inciso II, "b", da Constituição Federal e no art. 1.027, II, "a", do Código de Processo Civil, apresentado por GERALDO MILKIEWICZ, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n. 2 e 3, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, ou, se publicada após 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Verifica-se que a parte recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 8/3/2021, sendo o recurso em mandado de segurança interposto somente em 7/4/2021.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 dias, nos termos do art. 33 da Lei n. 8.038/90 e dos arts. 1.003, § 5º, e 219, *caput*, ambos do Código de Processo Civil.

Por fim, em relação ao pedido de tutela provisória formulado, de acordo com o que prevê o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos: *fumus boni juris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido; e *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Na espécie, tendo em vista o não conhecimento deste recurso, fica prejudicado o pedido de efeito suspensivo porquanto ausente o primeiro pressuposto, *fumus boni juris*.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente